

**Prefeitura Municipal de Monte Carmelo**

Estado de Minas Gerais

Protocolo**RECIBO****Inscrição**

0018522/2018

Setor/Quadra/Lote/SubLote

Data: 17/12/2018 16:23:48

Impressão: 17/12/2018 16:24:42

Requerente: 000277137 - M2 ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME

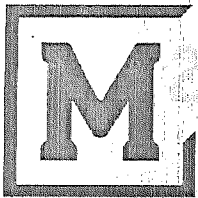
CNPJ: 22.615.610/0001-32

Endereço: ALAMEDA DAS CAVIUNAS, 3265

Documentos Solicitados

018175/018 - Geral: RECURSO DE LICITAÇÃO

APRESENTA RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO DE OUTREM REF. AO PROCESSO Nº 103/1/, TP Nº 06/18. SETOR DE LICITAÇÃO.



RECURSO CONTRA HABILITAÇÃO DE OUTREM

PATROCÍNIO, 17 DE DEZEMBRO DE 2018

Ilustríssimo Iscleris Wagner Gonçalves Machado
Presidente da Comissão de Licitação do Município de Patrocínio - MG.

Ref.:

Processo nº: 103/2018

Modalidade: Tomada de preços

Edital nº: 6/2018

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: REFERE-SE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA, PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E MODERNIZAÇÃO DA QUADRA DE ESPORTES DO DISTRITO DE CELSO BUENO, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 862.713/2017, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DE ESPORTE/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO - MG.

A empresa M2 ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 22.615.610/0001-32, com sede em PATROCÍNIO - MG, à ALAMEDA DAS CAVIUNAS, 3265 - MORADA NOVA, por intermédio de seus representantes legais, o(a) Sr(a) MATHEUS ASSIS VIEIRA, portador(a) da Carteira de Identidade nº RG: MG - 14.309.146 - PC/MG e do CPF nº 080.190.016-62, e o(a) Sr(a) ANDRESSA DE SOUZA ALVES, portador(a) da Carteira de Identidade nº RG: MG - 16.702.115 - PC/MG e do CPF nº 111.179.376-07, infra assinado, tempestivamente, vem, com fulcro na alínea " a ", do inciso I, do art. 109, da Lei nº 8666/93, à presença de Vossa Excelência, a fim de interpor

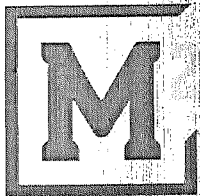
RECURSO ADMINISTRATIVO,

contra a decisão dessa digna Comissão de Licitação que julgou habilitada a licitante JOÃO SILVEIRA CONSTRUÇÕES - ME, apresentando no articulado as razões de sua irresignação.

I - DOS FATOS SUBJACENTES

Acudindo ao chamamento dessa Instituição para o certame licitacional susografado, a recorrente e outras licitantes, dele vieram participar.

Sucede que, após a abertura do Envelope II - Proposta Orçamentária, apresentada pelas demais licitantes, a Comissão de Licitação culminou por julgar habilitada a empresa



JOÃO SILVEIRA CONSTRUÇÕES – ME, mesmo a empresa apresentando divergência na composição do cálculo BDI e no cálculo da planilha orçamentária, documentos ora exigidos pelas normas editalíssimas Seção IX - Item 43 – subitem 43.1 e Lei nº 8666 / 93.

II – DAS RAZÕES DA REFORMA

De acordo com Edital da licitação em apreço, estabelecido ficou, entre outras condições de participação, que as licitantes deveriam apresentar no Envelope II - Proposta Orçamentária, conforme Seção IX - Item 43 – subitem 43.1, os seguintes documentos, o qual menciona:

43.1 – Planilha de serviços, Cronograma Físico Financeiro e **Informação do BDI.**

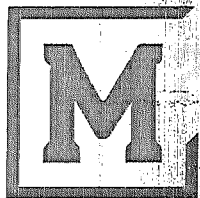
Ainda nas condições do edital em processo, Seção IX - Item 48, menciona também que:

48 – Em nenhuma hipótese, o conteúdo das propostas poderá ser alterado, seja em relação às características técnicas, marcas, modelos, prazo de entrega, prazo de garantia e preço dos serviços, equipamentos e materiais ou de qualquer outra condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvas, aquelas destinadas a sanar apenas falhas formais, alterações essas que serão analisadas pela Comissão Permanente de Licitação

Entretanto, após abertura do Envelope II - Proposta Orçamentária, podemos observar que a empresa mais bem-colocadas no certame, apresentou erro na composição e cálculo do BDI, afetando claramente a planilha orçamentária, ocorrendo mudança de valores finais.

Após conferência das propostas apresentadas podemos concluir que a empresa JOÃO SILVEIRA CONSTRUÇÕES – ME, apresentou diferentes erros na composição do cálculo de BDI.

Primeiramente, o sócio e representante dessa empresa declarou em mesa na presente licitação, juntamente com os demais participantes da Comissão de Licitação e os concorrentes das outras empresas, utilizar do **BDI SEM DESONERAÇÃO**, o qual o impede perante a lei de recolher o imposto CPRB, que é a Desoneração da Folha de Pagamento para caracterizar o tributo, pois, em tese, a CPRB tende a ser menor que a contribuição previdenciária calculada sobre a folha.



Entretanto ao verificar o cálculo das empresas mais bem classificadas no certame podemos verificar que as mesmas informaram utilizar do cálculo SEM DESONERAÇÃO, entretanto apresenta o cálculo COM DESONERAÇÃO, podendo-se concluir que as duas empresas não montaram nem a planilha orçamentária nem o composição do cálculo de BDI, utilizando a planilha pronta fornecida pela a Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG.

A empresa JOÃO SILVEIRA CONSTRUÇÕES – ME, não utilizou de parâmetros exigidos conforme Acórdão 2.622/2013, para cálculo da sua composição de BDI, uma vez que o Acórdão informa que para se calcular o BDI, temos que utilizar uma faixa referencial com valores segundo o modelo contábil escolhido e adotado pela empresa para sua administração.

Sendo assim, já podemos concluir que a proposta apresentada é inválidas, uma vez que todos os itens da planilha orçamentária deverá passar por uma redução de 4,5% referente ao valor que empresa utilizou para cálculo do imposto CPRB, afetando também o valor final da proposta, o que perante a Lei nº 8666 / 93 é ilegal.

Segundo o TCU e Lei nº 8666/93, na análise das propostas, a Administração local deve verificar a conformidade de cada proposta com os requisitos do edital e, conforme o caso, com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente, ou ainda, com os constantes do sistema de registro de preços, os quais deverão ser devidamente registrados na ata de julgamento, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis com o edital (art. 43, IV). Ainda, o julgamento e classificação das propostas devem estar de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital (art. 43, V), algo que empresa declarada vencedora do certame não está seguindo.

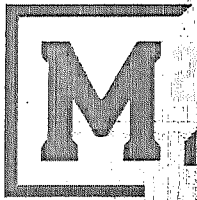
A análise é de grande importância e rigor, pois dela resultará a contratação para a Administração, que deve buscar a melhor proposta, não deixando de lado a idoneidade da empresa.

A Comissão Permanente de Licitação, sobre um parecer imediato, da presente situação, optou por habilitar a empresa mais bem colocada no certame, deixando claro, que iria solicitar parecer técnico do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, sendo assim, solicitamos que a empresa busque pelas informações sólidas referente as informações apresentas nesse recurso, e não esqueça, do objetivo maior, que seria optar pela empresa que estivesse com toda a documentação em pleno acordo com o Edital nº 06/2018, fornecido pela Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, o qual cita no Seção XV – Julgamento das Propostas – item 84

84. – A Comissão Permanente de Licitação, além do recebimento e exame das propostas caberá o julgamento da proposta (art. 43, V), em obediência as condições aqui estabelecidas, bem como seus anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões a este Edital.

A Comissão Permanente de Licitação, sobre um parecer imediato, da presente situação, optou por habilitar a empresa mais bem colocada no certame, deixando claro, que iria solicitar parecer técnico do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, sendo assim, solicitamos que a empresa busque pelas informações sólidas referente as informações apresentas nesse recurso, e não esqueça, do objetivo maior, que seria optar pela empresa que estivesse com toda a documentação em pleno acordo com o Edital nº 06/2018, fornecido pela Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, o qual cita no Seção XV – Julgamento das Propostas – item 84

md



Diante da análise do item nº 84, podemos observar que conforme citado pelo Engenheiro, Advogado e Auditor Claudio Sarian Altounian "Apenas o menor preço global não assegura a proposta mais vantajosa".

Apenas o menor preço global não assegura a proposta mais vantajosa. É necessário que realize detalhada verificação das propostas recebidas. Conforme demonstrado na seção 7.7.2 do capítulo anterior, a análise dos preços unitários das propostas é muito importante a fim de evitar problemas futuros, seja por antecipação de pagamentos, seja por pagamentos de aditivos superfaturados. (ALTOUNIAN, 2011, p.211).

Em conformidade com o art. 41 da Lei nº 8666/93, a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada. Como podemos perceber, esse princípio é corolário do princípio da legalidade.

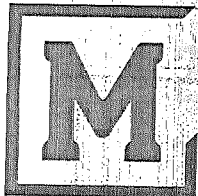
Em relação ao assunto assim decidiu o TCU:

Não pode a Administração descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada, nos termos do art. 41 da Lei nº 8.666/1993. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos pela Lei de Licitações e Contratos Administrativos, conforme o art. 44 da Lei nº 8.666/1993. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de Licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle, em atendimento ao disposto no art. 45 da Lei nº 8.666/1993. Acórdão 2345/2009 Plenário (Sumário).

As propostas, para serem aceitas, devem estar de acordo com o ato convocatório que deve estabelecer de forma clara todos os critérios, principalmente quanto à aceitabilidade e forma de apresentação das propostas.

O TCU decidiu que se "Estabeleça em seus instrumentos convocatórios, em atenção ao princípio do critério objetivo de julgamento das licitações, critérios objetivos de aceitabilidade das propostas das licitantes, tanto para o preço global como para os preços unitários. Acórdão 1324/2005 Plenário".

A Orientação Normativa nº 5 da AGU, assim também disciplinou o assunto:



O jogo de planilha consiste na prática ilegal de se efetivar a contratação de proposta de menor preço global, mas com disparidade entre seus preços unitários e os apurados pela Administração. Dessa forma, com os aditamentos contratuais, permite-se o aumento dos quantitativos dos itens de preços unitários cotados por valores acima do mercado e a redução dos quantitativos dos itens cotados a preços inferiores de mercado.

A ilegalidade ocorre em virtude de a Administração fixar, em seus editais, apenas critério de aceitabilidade dos preços globais e não os dos preços unitários, a despeito da literalidade do inc. X do art. 40 da Lei nº 8.666, de 1993, que, ao disciplinar o conteúdo do edital, exige: "o critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedadas a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência".

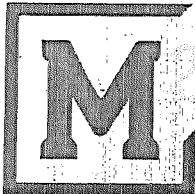
No acórdão 1.684/2003 – Plenário da Corte de Contas, foi consignado que "a diferença entre critério de aceitabilidade e preço máximo ou mínimo, é que se o licitante apresenta proposta com preço único um centavo além daquele indicado pela licitante, é erro e essa proposta deve ser desclassificada".

Diante de tudo isso, podemos concluir que o VALOR GLOBAL FINAL, apresentado pelas empresas foram manipulados, para atingir o valor que buscavam, não levando em conta os critérios Lei nº 8666/93, para montar e fornecer um proposta digna e idônea.

Sem maiores considerações, pode se concluir que as empresas não seguiram as condições previstas em edital, sendo assim, a Comissão de Licitação não pode aceitar qualquer que seja as alegações, reputando cumprida a exigência de que se cogita, afinal é sabido de todos que a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalíssima deve ocorrer.

Também podemos concluir que a Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG ao habilitar a empresa, não está seguindo os itens exigidos em seu próprio edital, sendo assim, a Comissão de Licitação não pode aceitar qualquer que seja as alegações, reputando cumprida a exigência de que se cogita, afinal é sabido de todos que a prova do cumprimento de toda e qualquer exigência editalíssima deve ocorrer.

Dessa forma, fica salientado o descumprimento da empresa mais bem colocadas no certame, as condições editalíssimas, do Edital Nº 06/2018 – Processo de Licitação Nº 03/2018.




III – DO PEDIDO

De sorte que, com fundamento nas razões precedentemente aduzidas, requer-se o provimento do presente recurso, com efeito para que seja inabilitada para prosseguir no pleito, a empresa JOÃO SILVEIRA CONSTRUÇÕES – ME.

Outrossim, lastreada nas razões recursais, requer-se que essa Comissão de Licitação opte pela inabilitação da empresa ora citadas e, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente informado, à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93, observando-se ainda o disposto no § 3º do mesmo artigo.

Nestes Termos
P. Deferimento


M2 ENGENHARIA E CONSTRUTORA EIRELI – ME
CNPJ/ME nº 22.615.610/0001-32
MATHEUS ASSIS VIEIRA
RG: MG – 14.309.146 – PC/MG
CPF: 080.190.016-62

22.615.610/0001-32
M2 Engenharia e Construtora
Matheus Assis Vieira
Engenheiro Civil
CREA/MG 174314-D